

# RETRIBALIZAÇÃO

## COMUNICAÇÃO, CONFLITO E IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

*Uma reflexão sobre a contribuição de obras de Martin Heidegger (1889-1976) e de Marshall McLuhan (1911-1980) para o entendimento das dinâmicas de mudança da sociedade contemporânea.*

ISTA

Instituto São Tomás de Aquino

Lisboa, 14 de Abril de 2005

Fernando Ilharco

[www.ilharco.com](http://www.ilharco.com)

Universidade Católica Portuguesa

Faculdade de Ciências Humanas

Lisboa

Os casos surgem de tempos a tempos. Crianças, aparentando idades entre vários meses e alguns anos, têm sido resgatadas da companhia de animais selvagens; de lobos, de cães, de macacos. Há alguns anos foi resgatado das ruas de Santiago do Chile um menino que vivia entre os cães. No início do século XX, na Índia foram recuperadas do seio de uma alcateia de lobos duas meninas. Uma aparentava ter três ou quatro anos de idade e a outra nove ou dez anos. Em princípios do século XIX ficou famoso o caso do menino de Aveyron. Tinha cerca de dez ou onze anos quando apareceu dos bosques em Saint-Serin no Sul de França. Depois de encontrado viveu quase trinta anos entre nós, mas nunca aprendeu mais do que algumas palavras. Nestes casos é raro o êxito da recuperação, essas crianças nunca são totalmente imersas na comunidade humana. Geralmente de boa saúde e sem quaisquer sinais de um deficiente desenvolvimento mental, estas crianças registam dificuldades assinaláveis na sua adaptação ao mundo humano em que são introduzidas; violentamente introduzidas, do ponto de vista delas mesmas e não do nosso, acrescentaríamos. Quando são encontradas, essas crianças não dominam, obviamente, qualquer língua humana, as suas faces são inexpressivas, andam de pés e mãos no chão, têm hábitos nocturnos, não se vestem nem se lavam. Genuína e essencialmente, dizem os vários relatórios dos estudiosos e religiosos que cuidaram delas e as estudaram, elas não têm a marca humana – não são humanas. Esta conclusão surge-nos duplamente estranha. Primeiro, porque, conseguindo-nos colocar na situação de quem descobre ou interage com uma criança daquelas, elas intuitiva e essencialmente surgem-nos fora do modo humano de ser – evidentemente aquele modo de ser não é o humano; segundo, porque a tradição cultural, por isso educacional e tecnológica, em que nos situamos se alicerça sobre a primazia da visão, sentido esse que nos mostra ali mesmo, física e concretamente, um ser que é visto, naquilo em que ele pode ser visto, como um ser humano; e no entanto ele não é um ser humano.

Nem todos o notam, é certo – e isso faz parte da história do humano – mas chega a assustar a fragilidade com que o mundo humano, óbvio, certo, milagroso, nos surge todos os dias, literal, metafórica e essencialmente assente na linguagem, na língua humana, na mais espantosa e inexplicável manifestação do tempo, do que passou e do que aí vem. O ponto essencial, vital e que faz a diferença, não é o que as coisas significam mas o que significa o significado humano. Tudo isto tem a ver com a língua, com o alfabeto, com a tecnologia e com a escrita e a leitura como ontologia do tipo de ser que somos.

Hoje em dia, no Ocidente e em grande parte do mundo mais desenvolvido, o que vemos é sobretudo o que lemos; não que o que vejamos seja a substância das histórias que lemos, mas antes que todo um mundo só possível de ser entendido pela escrita e pelo texto seja hoje o que é substantivo no que vemos: um mundo modelado pelo alfabeto fonético, pela sua linearidade, sequencialidade, causalidade e lógica.

Nada mais difícil do que saber concretamente o que vemos, o que cada um de nós vê. Escreveram-no, entre outros, o fenomenologista Merleau-Ponty (1907-1961) e mais recentemente o biólogo Francis Crick (1916-2004), o Prémio Nobel recentemente falecido, descobridor, ou inventor, do DNA.

Entre um e outro, McLuhan (1911-1980), numa obra mais actual que nunca, sugeriu nas suas explorações que nas civilizações do alfabeto o acesso humano ao mundo está dominado pela visão. Desde a invenção do alfabeto fonético, há mais de dois mil e quinhentos anos, com particular relevância para os últimos cinco séculos, desde a revolução de Gutenberg, que o equilíbrio dos sentidos humanos tem vindo a ser dominado pela visão, por uma visão sequencial e em linha. Entre o mundo anterior ao alfabeto, o mundo tribal, marcado por um equilíbrio sensorial dominado pela audição, e o mundo dos livros, o da civilização contemporânea, vai um pulo precisamente do tamanho de um mundo. Outro tanto, mais longo ou profundo, para ser rigoroso, vai entre o mundo humano, qualquer que ele seja, das tribos do Amazonas ou da África central, com o das cidades europeias ou norte-americanas, ou das comunidades globais da Internet, e o mundo não humano das crianças selvagens. Contudo essas crianças não são seres inteiramente selvagens. Não são lobos, cães ou macacos, porque elas têm, como traço essencial, o potencial de serem humanos. Esse potencial no entanto não depende delas mas da comunidade humana em que poderiam e deveriam ter sido o que poderiam ser.

A missão inicial do ensino, da escola que toma os primeiros vinte anos das nossas vidas, a sua ideia fundadora e por isso a antevisão do seu percurso e objectivo final, é a iniciação dos seres humanos no mundo da escrita. A escola é a apreensão da leitura e da escrita. Trata-se de um tipo de actividade que ao recair sobre a infância do ser humano, corresponde mais a uma adstração, a uma domesticação, do que a qualquer tipo de aprendizagem, como escreveu Ludwig Wittgenstein (1889-1951). Aprender a aprender é o que mais se ensina na escola. A língua é um sistema que se explica a si próprio. Explicamos o significado das palavras com outras palavras. Ter sido capaz de penetrar neste espantoso sistema fechado significa ser humano. Quem sabe mil palavras, pode aprender outras mil, quem sabe somar, pode aprender a dividir, mas quem não sabe ler nem escrever só pode ser adestrado na leitura e na escrita. Este adestramento, esta acção violenta que visa libertar o significado para o seu próprio horizonte, o ser humano, é o abanão mais decisivo e a palmada mais importante de todas elas. É porque é. Um é um. Isto é isto. Há à frente e há atrás porque há. Pai, mãe, sim, não... está lá... e vem aí o mundo.

Mas de súbito também tudo isto está a mudar; melhor, por causa de tudo isto estar a mudar, devido ao novo equilíbrio sensorial e à nova forma de comunicação que as novas tecnologias trouxeram, a experiência humana, o modo como nos entendemos uns aos outros e ao mundo estão também a mudar. Testemunhamos hoje a retribalização da experiência humana, tal como há quatro décadas foi antecipada por McLuhan, entre outros. Essa retribalização é marcada pela imersão em informação tecnológica, pela abundância de estímulos sensoriais, pela ausência de tempo para reflectir, pela primazia crescente do impulso e da emoção e pela consequente desvalorização da reflexão e da racionalidade. Mas nada disto é planeado; tudo isto é um resultado estrutural do equilíbrio sensorial gerado pela nova tecnologia. Os livros estão cada vez mais cheios de fotografias, de títulos e de subtítulos, de legendas, de lides, de

mapas e de um sem número de elementos não textuais. Porquê? Para prender as pessoas, os leitores, ou melhor, os observadores. O negócio dos livros, por outro lado, vai bem precisamente porque hoje já não é necessário ler livros para ter livros. Os livros hoje vêm-se. “Temos que o ler todo?!”, questionava, surpreendido, o aluno – universitário... - face ao conselho do professor para ler determinada obra...

Na obra *A Galáxia de Gutenberg*, escrita em 1962 por McLuhan, lê-se na página 248 (tradução nossa):

*Heidegger surfa nas ondas electrónicas tão triunfalmente quanto  
Descartes rolou na roda mecânica.*

Que quer isto dizer? Intuitivamente reconhecemos algo de pertinente e eficaz nesta passagem – Heidegger surfa; porquê surfa e não rola, plana, conduz? E obviamente porquê Heidegger? Um dos filósofos mais impenetráveis e polémicos do pensamento ocidental? O que são as ondas electrónicas para serem surfadas?

No que se segue tentarei apresentar uma reflexão sobre alguns dos contornos que penso fundamentais sobre o actual estádio da experiência humana da tecnologia; e por isso da relação do homem com a tecnologia.

Heidegger é quem mais ‘surfa’. McLuhan quis indicar que na sociedade da informação, da comunicação e do conhecimento – no que ele chamava na era electrónica – o que mais se move é a base, tal como o mar e as ondas debaixo da prancha do surfista; o que hoje mais se move – ou que hoje se move principalmente - é a base, os fundamentos, os contextos em que sempre e a todo o instante estamos imersos.

Este aspecto sempre foi decisivo, é certo, no entanto, nos dias de hoje a novidade desse carácter fundador do contexto tem vindo a tornar-se mais relevante face à forma como a tecnologia facilita, sugere ou impõe mudanças súbitas de contexto. A lógica do hipertexto é a do surfista, tentando manter-se em equilíbrio num contexto em constante alteração. O hipertexto como substituição da lógica sequencial, linear e em grande medida previsível do texto, funda a hiper-realidade, uma realidade em que cada novidade, cada novo instrumento, discurso, pessoa, ideia, vê o seu significado, por isso aquilo que essencialmente é, ser não apenas ampliado, mas de um modo mais profundo ser genuinamente interrogado. Esta interrogação, qual exploração do surfista das ondas electrónicas, navegando na Internet de site em site, é a necessidade e a urgência recorrente de estabelecer contextos à medida que variam os textos. Trata-se, a um tempo, de uma questão comunicacional, cognitiva, ética e, cremos, ontológica.

O hipertexto, a lógica da sociedade em rede, constitui além da evolução do texto – dos assuntos, das palavras, dos sites em que vamos surfando – uma alteração constante de contextos. Vamos *navegando* não apenas na Internet mas num mundo agora entendido ele mesmo como hiper-ligado, descobrindo inesperados significados e tentando entender o âmbito em que do desconhecido nos surgem as palavras e os discursos com que deparamos e não necessariamente que procurávamos. Surfamos, navegamos, e meia-hora depois da partida podemos já estar em mundos, contextos, inteiramente diversos, inesperados e desligados da busca inicial.

Porque é que isto é relevante? Por isto: porque o que as coisas são, o que é uma organização, um telemóvel, uma ideia, um novo resultado, uma relação, nós mesmos enquanto profissionais, enquanto membros de uma família, depende essencial e basicamente do

contexto em que surgem. Notamos as coisas no âmbito de um contexto, de uma intencionalidade própria, que lhes fornece o seu significado. E o significado de qualquer distinção na consciência humana é o que essa mesma distinção é, seja um automóvel, um computador, um comportamento ou um marciano. Assim, as possibilidades de evolução da vida no mundo, do quotidiano, assentam no tipo de contexto que habitamos. Numa época como a nossa em que o progresso científico e tecnológico nos permite ou impõe mudanças constantes de contextos é fácil entender como este problema é mais actual que nunca.

O exemplo do surfista, a sua tentativa de estabelecer uma base sobre a qual se equilibre, pode hoje ser aplicado à civilização globalizada e tecnológica contemporânea. Esta procura de base, de chão, é hoje o aprofundar de uma crise mais antiga, gerada paradoxalmente pelo próprio sucesso da tentativa humana mais ousada da resolução da questão do próprio fundamento: a ciência. A ciência procura o movimento perpétuo, lembrando Vítor Hugo; ela procura o funcionar do funcionamento e encontrou-o: é ela mesma. A crise entre a exactidão que objectiva das ciências que geraram a electricidade, as cidades, os aviões, a medicina contemporânea, as naves espaciais e a base subjectiva da experiência humana, a qual, nomeadamente nas ciências sociais e humanas se tenta entender, vem de há muito. Hoje, esta crise entre a totalidade da experiência humana, tanto no seu sentido histórico-colectivo como na sua acepção única, singular, que é a da vida que é nossa, de cada um de nós mesmos, de alguma forma essencial é profunda. E isto precisamente porque surfamos nas ondas electrónicas, porque nos tentamos equilibrar sobre os fundamentos que mudam, que caem, que se erguem e caem de novo. Na galáxia de McLuhan a crise sente-se por todo o lado. Hoje somos todos surfistas em mares que não escolhemos.

É neste contexto – sendo que o estabelecer do contexto é nesta temática o seu próprio desafio – que se assiste a novos desenvolvimentos nas ciências sociais, a um regresso de fundo à ética, a uma procura de modelos de investigação que se aproximem do fundamento primário dos fenómenos do mundo, da vida quotidiana contemporânea profundamente alterada com a disseminação das tecnologias de informação e de comunicação e com uma das suas mais visíveis e poderosas manifestações: a globalização.

## **A Pele do Mundo**

Se hoje em dia em todo o mundo não existirem mais écrans de televisão, de computador, de telemóveis e de *palmtops* do que seres humanos devemos estar lá perto. Há 50 anos, nada disto era assim. No trabalho, em casa, em férias ou apenas passeando, muitos de nós passam a maior parte do tempo em frente de écrans. As últimas décadas testemunharam a penetração massiva da televisão na vida contemporânea. Os anos 80 e 90 do século XX viram os computadores pessoais primeiro e os telemóveis depois fazerem o mesmo percurso. Os computadores pessoais tem experimentado um ritmo de penetração nas sociedades modernas ainda mais acelerado do que o da televisão. A difusão dos telefones móveis, por seu lado, está a ser ainda mais rápida do que a dos computadores pessoais. A evolução dos telemóveis pode ser dita de muitas formas. Uma delas é esta: a coisa foi evoluindo e transformando-se para poder incorporar um écran; a cores, com vídeo e em directo – a sua constante redução de dimensões, aponta para a futura incorporação na roupa ou mesmo no corpo humano, acompanhada, possivelmente, pela projecção de imagens à nossa frente ou à nossa volta, tipo écran imaterial, recreando uma situação, um envolvimento, um mundo. No início do milénio, em 2001, o número de utilizadores de telefones móveis em todo o mundo foi o dobro do dos utilizadores da Internet. No ano passado possivelmente cerca de 1500 milhões de pessoas deverão ter sido utilizadores regulares de telefones móveis.

Em Novembro de 1937 a BBC transmitiu em directo, de Hyde Park Corner, em Londres, a coroação do Rei Jorge VI, a qual foi seguida por alguns milhares de telespectadores. A descida dos astronautas na Lua, em 1969, foi seguida pela televisão por cerca de 100 milhões de pessoas. Em 1985, o festival musical *Live Aid*, realizado em Londres e Filadélfia simultaneamente atingiu uma audiência televisiva de 1500 milhões de pessoas. O funeral da princesa Diana de Inglaterra, em 1997, foi transmitido em directo para uma audiência de 2500 milhões de telespectadores, o que representa 40 por cento da população do planeta. A série de televisão “Marés Vivas” há cerca de sete anos tem registado audiências semanais acima dos 1000 milhões de telespectadores. Traduzida em 44 línguas, aquela série televisiva é vista em 142 países, em todos os continentes excepto na Antárctida, segundo se lê no *Guinness Book* (2002). Mais recentemente os ataques terroristas em Nova Iorque e em Washington deverão ter sido retransmitidos por televisões de todos os cantos do mundo, devendo ter atingido valores únicos em termos de audiências planetárias. Na semana passada, todos os olhos e écrans do mundo, como nunca antes na história, centraram-se no Vaticano. Aliás, o que se passou na semana passada, de um ponto de vista da mensagem cristã, da vida e do espalhar da mensagem cristã na sociedade tecnológica, na sociedade em rede, é muito muito interessante e merece, sem dúvida, ser estudado e investigado.

Este padrão de invasão e de certa forma de *colonização*, na expressão de Habermas, da vida contemporânea pelas tecnologias de informação e comunicação é também significativo noutras partes do mundo que não os países do Ocidente e o Japão, onde o fenómeno é no entanto mais claro. A China, por exemplo, deverá ser hoje o país com maior quantidade de telemóveis em utilização.

Uma aproximação substantiva a esta problemática implica que o próprio fenómeno écran, ou seja, aquilo que no dia a dia um écran é, as formas como nos relacionamos com este instrumento, esteja esclarecida. Investigação fenomenológica recente, para a qual o autor tem contribuído, sugere que o significado do écran, ou seja a forma essencial como o écran surge e participa nas nossas actividades no mundo, é já-chamando-a-atenção, constituindo, sendo, um *acordo prévio*; não um acordo sobre o que vemos, lemos e ouvimos, mas um acordo sobre o nosso modo de relacionamento com a nossa época, sobre os modos de aceder à relevância no nosso estar e ir sendo no mundo na contemporaneidade. Por ser isso o que fundamentalmente um écran é, por ser nesse quadro e com esse entendimento que as pessoas olham um écran, é que os conteúdos não podem ser tudo o que muito bem entendamos. A informação que está num écran é sempre dependente de um contexto e de uma actividade que lhe fornece a base para o seu entendimento.

Algures num século passado qualquer um ficaria bastante confuso se confrontado com uma televisão. Mas mesmo hoje em dia, por exemplo, um écran na Bolsa de Lisboa que passasse de forma rigorosa, em *real-time*, os horários de uma certa linha de comboio do Paraguai surgiria como inteiramente deslocado, despropositado e mesmo irritante. Estava deslocado porque o contexto em que se inseria nada tinha a ver com o tipo de informação que prestava. Era despropositado porque mesmo que essa informação conseguisse atrair a atenção de alguém – por surpresa ou curiosidade... – essa pessoa nada poderia fazer com base nesses dados. Por fim, e talvez o aspecto mais interessante, a informação passada daquela forma — precisa, em permanência e em *real-time* — era irritante porque era essencialmente contrária à essência do que é um écran, do que é o modo de ser do écran. A informação num écran, seja na televisão ou no escritório, surge sob o pressuposto de ser apropriada para o contexto que a envolve: é a promessa de utilidade para a tomada de decisões, está adaptada e revela um modo específico de estar e de ser no mundo em que cada um de nós está imerso. Este exemplo faz sobressair aspectos fundamentais de uma sociedade baseada em écrans como a nossa: uma certa *forma de vida*, nos contornos ontológicos que Wittgenstein emprestou à expressão.

Assim, hoje é evidente que os écrans, seja das televisões, dos computadores, dos telemóveis, dos *palmtops* e de mais uma série de instrumentos electrónicos, são um meio, um mecanismo, uma forma de acedermos ao real e ao que interessa e conta, e, em simultâneo, eles são também uma parte determinante desse mesmo real, o qual vai surgindo sobretudo como contexto e como retaguarda de entendimento no âmbito da qual o que existe tem a possibilidade de surgir.

Inescapável à dimensão social e comunicacional que somos, os écrans são a atenção, a relevância e o que conta, isto é, o mundo. A televisão é o écran por excelência. O protótipo, o ex-libris, a pedra de toque, o écran de ouro. A televisão é a vida dos outros a correr; dos outros, “das Man”, “the they”, do “eles”, “da gente”. Não tanto a nossa vida porque mostre o que os outros são, mas porque é o que os outros vêem e na civilização Ocidental, onde há muito tomamos o que vemos pela verdade, acabamos por nos tornarmos naquilo que vemos. O que vemos é o real. “Somos o écran televisivo... vestimos toda a humanidade como a nossa pele”, escreveu McLuhan, numa linha de reflexão de que encontramos um misterioso eco na pista Sânscrita da palavra “pele”, a qual, possivelmente, terá surgido das mesmas origens, o hipotético proto-indo-europeu, de onde terá evoluído também a palavra francesa écran, recentemente apropriada pela língua portuguesa. O écran é de certa forma uma pele, o visível, o mais perto e imediato. O écran da televisão, ou seja, a televisão enquanto local da relevância e da atenção é tanto a pele da tecnologia de informação e comunicação quanto, conforme sugeriu McLuhan, é a nossa própria pele. A televisão, os écrans, são a fronteira. Como pele são o que vemos, o que nos apresenta, a nós próprios e a uns e outros. Essa evidência é em boa parte ganha não pelo carácter ou pelo tipo de imagens e de sons que a televisão, e os écrans em geral transmitem, mas pelo facto de quaisquer que sejam essas imagens e sons, serem comuns, partilhados pela comunidade.

A televisão como media de massas é assim o tempo e o momento em que as comunidades que somos partilham significados, se envolvem e ajustam estruturalmente de um ponto de vista biológico, num mesmo momento, afirmando e enfatizando os contornos, a pertinência e o sentido de um mesmo mundo, qual axioma ou pressuposto de base, que nunca podendo ser confirmado, provado ou demonstrado, tudo pode vir a possibilitar no seu âmbito fundacional.

Este poder contextualizador, de *background*, dos écrans, sobretudo da televisão é-nos imediatamente evidente. O que tendemos a pensar sobre pessoas que não têm televisão em casa? Peculiar, estranho, talvez mesmo perigoso... “Quando não se vê televisão por um período longo, a forma com pensamos começa a ser diferente. A ideia que passamos a ter do que é e do que não é interessante vai afastando-se cada vez mais da ideia da generalidade das pessoas que vê televisão.” O editor de media do *The Guardian* comentou há tempos (1999), com um humor pesado... : “o factor comum a todos os lunáticos e *serial killers* do século XX, desde Estaline a Lee Harvey Oswald, é este: eles não viam televisão em horas suficientes”.

De alguma forma, intuitivamente, sentimos que as pessoas que não vêem televisão vivem num outro contexto, noutra mundo. A televisão, e seguramente também os computadores pessoais, os telemóveis e um número cada vez maior de mecanismos com écran, contextualizam o que as coisas, os eventos e as pessoas são; estabelecendo assim as possibilidades do que é real. Os écrans não são apenas instrumentos mas são sobretudo contextos; quem vive sem écrans, sem televisão, computador e telemóvel, escusado será dizer que faz parte de outra história. No discurso que domina os acontecimentos contemporâneos, a presença da televisão e dos écrans em geral domina a forma como pensamos e como actuamos. Em muitos locais públicos e privados a presença dos écrans tende a dificultar, ao tornar não só difícil como não natural, momentos de maior privacidade e interioridade. Os

écrans filtram, seleccionam, contam e indicam o que há a fazer – estabelecem de alguma maneira uma homogeneidade na forma como no mundo estamos uns com os outros.

A simples apresentação na televisão confere ao que aí é apresentado uma autoridade própria. No entanto, este poder não deverá pertencer genuinamente à televisão mas a todo o género de écrans electrónicos. Várias experiências indicam esse facto. Como alguns de nós certamente já notaram, muitas vezes a informação sobre nós mesmos, que surge nos écrans, seja no banco, no médico, ou em qualquer outra organização, parece merecer maior confiança do que nós próprios... às vezes de pouco serve dizer que está mal, que não é assim... Os écrans, como fixadores de contexto, e como um modo da própria relevância surgir no mundo, têm sempre-já um poder substitutivo que é difícil de questionar e com o qual nós intuitiva e inconscientemente contamos. De resto se tomarmos a etimologia da palavra écran, e olharmos para a palavra inglesa *screen*, constatamos que os écrans – o ecranizar do écran, o *screening* do *screen* – é uma selecção, uma filtragem, uma apresentação do que conta, e, como tal, natural e previamente todas e quaisquer manifestações que reconheçamos como écrans contam com a nossa atenção. É imperioso reconhecer que os écrans não são espelhos mas faces entre faces. Os espelhos reflectem, os écrans apresentam o que foi previamente captado, transformado, editado, contextualizado e finalmente colocado no écran. A palavra inglesa *screen* significa também este filtrar e seleccionar; um seleccionar para a atenção humana, que já lá está, em frente ao écran.

Mais estranho e pesado fica este quadro se constataremos a ligação estrutural da televisão ao novo terrorismo global. Os media planetários, sobretudo a televisão, são o contexto do novo terrorismo. Aquilo que essencialmente a televisão é, é a atenção; e é essa atenção que o terrorismo visa atingir. A televisão, e mesmo a generalidade dos écrans – computadores, telemóveis, etc. – são fundamentalmente a manifestação da atenção, o local da relevância, do que conta – e o que conta é o que é real.

Organismo sintetizador da atenção, a televisão é hoje a ordenação societal, o cortar na ambiguidade, a oferta de uma história permanente, consistente, no sentido de ser uma narrativa para uma comunidade definida por essa mesma narrativa. Neste contexto, a incoerência e a contradição, o confronto, a mudança, a negociação e a novidade, é a própria coerência da mensagem televisiva, ou seja, da televisão enquanto mensagem. Na televisão permanente, com milhares de canais e dezenas de suportes, tudo de súbito converge: o tempo, a relevância e as acções dos homens rodopiando à volta da televisão, dos computadores e dos telemóveis.

A cultura em que vivemos é já quase que inteiramente gráfica e electrónica. Desde há muito que a maior parte de nós olha mais para écrans do que qualquer outra coisa. Nos estados Unidos, a Time Warner, uma empresa de distribuição de entretenimento e informação por cabo, oferece hoje 500 canais de televisão... Isto – comentava-se há meses no WSJ... – deve ter algum efeito; mas qual efeito? O verdadeiro efeito da televisão, escreveu François Brune em meados dos anos 90 na obra *Os Media Pensam Como Eu*, o verdadeiro efeito da televisão é converter-nos ao pensamento da época na qual ela é “o templo sagrado”.

Assim, hoje, dado o quadro acima por nós apresentado, ao contrário do que intuitivamente sugere a nossa herança positivista, o bom comunicador televisivo não é o que articula lógica e claramente a sua mensagem, olhando a câmara de frente e apresentando esquemática e convictamente uma sequência de argumentos decisivos a favor da sua posição. A televisão dá-se mal com este tipo de mensagens fortes, inequívocas e vencedoras. Na televisão, como se de um espelho se tratasse, a realidade caótica, contraditória, surpreendente e espectacular transforma-nos em “voyeurs” de perto mas ao longe. Dessa forma a televisão constitui-se

como o processo do espectáculo. Como produto, a televisão não tem um final, um fim nem um objectivo, ela é um processo contínuo, que se auto-alimenta da contradição, das dificuldades e da tentativa constante, a sua maior promessa, de se misturar e se fundir com o dia a dia e com os espectadores, transformando-se na realidade, naquilo que de facto conta e é relevante para a vida de cada um de nós. Este quadro, que favorece o processo em detrimento do objectivo ou da finalidade, depois de algumas décadas, altera necessariamente a percepção e a valorização do que acontece. Hoje, a política é a comunicação política e esta é a comunicação televisiva, e as suas múltiplas referências à Internet, ao SMS, à imprensa, aos fóruns das rádios, etc. O que surge na televisão, só por aí surgir, adquire inapelavelmente uma autoridade própria. Essa autoridade, ou antes esse poder porque apenas legitimada pelo facto de aparecer nos próprios ecrãs, é tanto mais eficaz quanto mais se cole à natureza processual, envolvente, inclusiva e emocional da televisão.

Na televisão, tão mais eficaz quanto mais processual, evolutivo, transformador e mutante. Tão menos eficaz e decisivo, quanto mais final, quanto mais profundo e literal ou radiofonicamente decisivo. Nixon perdeu para Kennedy a Presidência dos Estados Unidos da América, depois de um debate televisivo, explicou McLuhan, em que este último foi “cool”, isto é, variado, despreocupado, superficial, parecendo que estava numa conversa com os amigos, e aquele outro foi “hot”, isto é, pesado, articulado, racional, focado nos assuntos, assente na lógica dos seus argumentos e olhando, concentrado e com um ar grave, as câmaras. A televisão é um meio fresco, forte em envolvimento emocional, mas racionalmente superficial. Na televisão tudo é importante e nada é decisivo. Nesse processo de conhecimento e ajustamento ao real, ser eficaz é ser fresco, emocionalmente envolvente, personagem múltipla, variada e ambígua. Ser eficaz na televisão é estar na televisão como se a televisão fosse a realidade e não a televisão: estar à vontade, olhar para aqui e para ali, não enfatizar tudo o que se diz, às vezes responder, outras vezes não, contar histórias simples ou ambíguas, tanto poder falar da pior recessão da história pós-25 de Abril como do tempo, das férias e da roupa.

A televisão pode “vender um Presidente da República como se vende um sabonete”. Isso, se é correcto, não é porque a televisão tenha um poder comunicacional que lhe permita vender rigorosamente tudo, longe disso, mas antes porque tudo o que for ou puder ser ou vir a ser “sabonetizável” pode de facto constituir-se numa mensagem televisiva eficaz. Um sabonete surge-nos na televisão como uma possibilidade táctil, fresca, sensorial, envolvente e envolto em cores, em slogans de juventude e de futuro. Tudo o que existe e possa ser objecto desse envolvimento, pode ser promovido, comunicado, distribuído pela televisão. Mas a televisão não se fixa nem em sabonete algum nem em facto nenhum. A televisão é o processo, a mudança, a subida de quem está em baixo e a descida de quem está em cima. A televisão é a surpresa e a aliança da ambiguidade com a sobrevivência: é a contemporaneidade feita escândalo.

Ao contrário do cinema, a televisão contemporânea é uma espécie de “holodeck” do Star Trek, a partir do qual tudo se vê e com tudo se comunica. No cinema, as imagens transportadas pela luz são projectadas, connosco, sobre um ecrã. A luz vai-se, não nos envolve, e nós observamo-la projectada, sentados, altamente envolvidos, mas televisivamente passivos. Como se estivessemos a ver um livro. Na televisão, as coisas passam-se de outra forma. A luz vem para cima de nós, envolve-nos. O ecrã, como sugestivamente indicou McLuhan, somos nós mesmos. Na história que é a televisão, contada numa sala de estar, num café ou noutra qualquer lugar de uma reunião social, outras luzes e outros sons estão presentes. O som e a imagem da televisão envolvem-nos, entrando na nossa vida, na nossa casa, pelo nosso corpo a dentro, pela visão e pela audição, e, com o controlo remoto, pelo tacto. Ao estimular a participação, espelhando a realidade não como cinema mas como uma



novela, a televisão oferece um processo. Nesse processo, o espectador tenderá cada vez mais a tomar conta dos programas, das notícias, dos estúdios e das câmaras de televisão. A interactividade da televisão corre ao longo de linhas bem mais fundas do que as das várias promessas e falhanços até à data, da chamada “TV interactiva”. A interactividade da televisão é a transformação do écran em critério de fundo, no lugar da relevância, da convergência mais ampla do processo colectivo de nos mantermos uns com os outros. A participação televisiva faz-se nas conversas quotidianas sobre o que corre na televisão, nas opiniões sobre tudo o que pode ser assunto a qualquer momento em frente a uma câmara, nos concursos sem fim que vão correndo, com os espectadores como protagonistas quer no palco quer na audiência, também ela, parte fundamental do processo televisivo, nas plateias instaladas nos estúdios, nas mensagens de SMS, passadas no rodapé dos écrans, nas chamadas telefónicas em directo ou gravadas, transmitidas e comentadas pelos profissionais e convidados no estúdio. Isto e muito mais faz da televisão um processo de socialização fundamental da contemporaneidade. Nesse processo, dada a sua natureza genuinamente reflexiva, o seu fim é a sua manutenção, a construção de uma sociedade, de uma geração e de uma realidade, nos seus traços constitutivos, inseparável da televisão. Em Portugal, trinta anos depois do 25 de Abril, mais de uma década depois da abertura da televisão aos privados, isto já aconteceu.

### **A Comunicação da Tecnologia**

A tecnologia de informação e de comunicação que uniu o mundo na globalização, possibilitando a comunicação global e por isso determinando a acção global, em termos essenciais, nas suas implicações mais profundas, como fenómeno comunicacional, não é apenas uma tecnologia mas uma linguagem. E a linguagem sempre esteve no principio, no centro e no fim do fenómeno comunicacional. Ser humano é falar, comunicar uns com os outros. Comunicar é presenciar, *humanamente*, no tempo. “Ao mesmo tempo”, como escreveu McLuhan, é o que fez e faz as massas, as audiências, a força dos canais generalistas e globais de televisão. Assim, pode dizer-se que a televisão não é a realidade mas também não deixa de a ser. Ou seja, a televisão não espelha, mas cria a realidade; a televisão, bem como a Internet, os telemóveis, etc., são uma nova forma de nos ajustarmos e vivermos no mundo, ora isso é precisamente o objecto da comunicação, a qual, ontológica, fundamental ao modo humano de ser, é o que faz de nós o que somos.

Por outro lado, a realidade não é a televisão, mas aquilo a que ela se refere; o que colocadas as coisas em termos rigorosos, deve entender-se que a realidade também não é o que eu digo, oiço ou vejo, mas aquilo a que a minha fala, audição ou visão se refere. Nesta impossibilidade comunicacional de tomar uma correspondência como a coisa ela mesma, a televisão ganha os seus trunfos. E não são poucos: o “ao mesmo tempo”, as audiências portanto, a redução e a simplificação da ambiguidade e o poder da visão, sobre o qual na tradição ocidental se ergueu a antecâmara da verdade.

Heidegger realçou que os primeiros filósofos gregos conceberam o conhecimento em termos do desejo de ver. “Porque o pensamento e o ser são o mesmo”, conforme à tradução corrente do mais antigo fragmento de Parménides, se literalmente traduzido, deveria ler-se “porque captar com os olhos e ser são o mesmo”. Também em Aristóteles, no tratado *Metafísica*, Heidegger nota que a noção de conhecimento tinha o sentido literal de intenção, preocupação ou cuidado de ver. Entre outros, Santo Agostinho nas *Confissões* apontou também esta especial prioridade da visão sobre os outros sentidos humanos. É também, por isso, e em termos essenciais e não acidentais, que o que conta, a realidade, o mundo, a vida, a relevância, são hoje o conteúdo da televisão. Não porque o que a televisão transmite seja *a priori*, *em si mesmo*, relevante, mas porque essa relevância é implícita, inequívoca, imediata e

intuitivamente assente, concedida, ganha na visão que é a televisão. E o que é essa visão? Uma visão tele? É uma visão ao longe, conforme às origens grega (tele: ao longe, à distância) e latina (visão: ver, ter cognição visual) da própria palavra. Tal como nós, gregos e romanos, olhando para conhecer, hoje vemos ao pé, na sala de estar, ao mesmo tempo com o resto do mundo, o que se passa ao longe. Vemos ao longe, comunicamos ao longe, sentimos ao longe, somos parte de comunidades que se espalham por todo o planeta, por isso e dessa forma novas possibilidades e novos significados emergem e afectam-nos.

A esmagadora maioria da população mundial viu na televisão os aviões a explodirem contra as torres gémeas de Manhattan. Esse acontecimento, o auge do novo terrorismo global, foi o que foi, e por isso é hoje o que é, pelo impacto que teve no universo televisivo, na comunidade humana entretanto constituída como conteúdo da própria televisão.

Nas ciências sociais, a escola Canadiana – com Harold Innis, Marshall McLuhan, Walter Ong – foi a primeira a notar as consequências estruturais, horizontais, revolucionárias e inamovíveis de cada nova geração tecnológica. McLuhan argumentou longamente que cada nova tecnologia gera um novo equilíbrio entre os sentidos humanos, criando novas formas de atenção e de envolvimento. Se o alfabeto desequilibrou os sentidos humanos a favor da visão, introduzindo a noção de linha, a de sequência e com elas as estruturas da própria lógica, as quais vieram a gerar a Grécia antiga e por isso da civilização Ocidental; se a imprensa gerou o individualismo de alguns, dos que mais liam evidentemente, e mais tarde, ao colocar milhares e milhares de pessoas a ler e a ler as mesmas coisas, veio a gerar o nacionalismo e assim os Estados modernos; se a revolução de Gutenberg, introduzindo a noção e a possibilidade de uma repetição programada e exacta, veio a alavancar a revolução industrial; se tudo isto pode ter sido assim, se antes do alfabeto, há mais de quatro mil anos, o mundo nos surgia essencialmente acústico, simultâneo, tribal; se depois, com a escrita, o mundo passou a ser dominado pela visão, pela sequencialidade, pela análise, pela separação entre a reflexão e a acção, a qual, aliás, se tornou a casa-mãe da própria ciência e tecnologia, que hoje nos colocaram onde estamos; se isso pode ter sido de facto, também, assim, que dizer então dos dias que correm, da revolução electrónica, da revolução da informação, da ubíqua Internet, da 3ª geração dos telemóveis, que deverá quando se massificar – e isso virá a acontecer... – fazendo estações de televisão de todos nós?

A nova linguagem é de facto nova porque ela não é apenas uma nova língua. Ela é sem dúvida um novo inglês global; não sendo o inglês de Sua Majestade, não é também em rigor o inglês americano. Mas a nova linguagem global é a linguagem da comunicação tecnológica, por imagens, por “sound bytes”, por “headlines”, instantânea, global, metálica e de plástico, sintética – tanto é assim, que hoje os textos já quase se não lêem mas se vêem. E isto por um lado, porque por outro lado esta nova linguagem, tecnológica, cavalga na tradição da supremacia do sentido humano da visão sobre os outros sentidos.

A realidade é a realidade humana. A realidade humana sempre foi virtual, construída e decifrada simbolicamente. Escreveu Pessoa: “o mundo exterior é como um placó: está lá, mas é outra coisa”. A realidade é sempre percebida por símbolos que enquadram as práticas em determinados significados. A realidade, o mundo em que somos e estamos, depende evidentemente da sua percepção, e esta última assenta na estrutura da informação. A televisão, sobretudo a televisão, é hoje essa estrutura. Há alguns anos, Lewis Lapham, um dos mais influentes pensadores norte-americanos da actualidade, editor da Nova Iorque *Harper's*, referiu que em tempos tinha escrito, para a televisão, a história do século XX e havia descoberto o que McLuhan queria dizer com a frase “o meio é a mensagem” – “tendo 78 segundos, 43 palavras, para descrever as origens da segunda guerra mundial, explicando o que se havia passado entre a Conferência de Munique em Setembro de 1938 e a invasão da

Polónia em Setembro de 1939, percebi que a televisão não é uma narrativa, mas que se assemelha mais a algo do género da poesia simbolista ou de uma pintura de Georges Seurat do que a qualquer obra pensada por um escritor, historiador, ensaísta ou mesmo por um editorialista da imprensa”, concluiu Lapham.

Há algum tempo – talvez menos de um ano – no programa “Prós & Contras” da RTP 1, paradoxalmente um dos mais interessantes do actual momento televisivo, perguntava-se: “a religião acompanha a evolução da sociedade?” Os telespectadores – os que quisessem obviamente – votavam ‘sim’ ou ‘não’ e as contas iam sendo feitas à medida que o debate avançava. No entanto, a mensagem mais forte, envolvente e constante do programa não foi a dos diálogos entre os intervenientes, de resto difíceis, nem o resultado da votação, qualquer que ele tenha sido, mas antes a dos contornos essenciais e por isso inalteráveis da emissão. Nesta matéria, muito haveria a analisar, a começar pela própria pergunta: “a religião acompanha a evolução da sociedade?” Qual é a mensagem que aqui está implícita? De facto, não é uma mas são várias. Primeiro, e estabelecendo as regras do jogo, as entidades – sociedade e religião – são identificadas numa relação sob a forma de pergunta. Nesse quadro, numa sociedade em que todos se sentem vítimas de alguma coisa, o tema passa a ter que ser clarificado, ou seja, feita a pergunta alguém teria que pagar. Segundo, a pergunta pressupõe uma separação entre a sociedade e a religião. Porquê? A religião não é parte da sociedade? Não é a religião uma manifestação do homem, por isso, da sociedade? O que é a evolução da sociedade? Sob que critérios é ela boa ou menos boa? O que está assumido e fora do debate naquela pergunta? De facto, nos seus pressupostos, o que é que a pergunta afirma? Muito mais havendo a detalhar, queremos apenas acrescentar que a lógica da pergunta televisiva obviamente sugere a resposta. Notícia ou informação, de alguma forma é o que não é suposto ou não devia acontecer. Ora numa sociedade em que a religião é sua parte integrante e fundadora, feita a pergunta, só há notícia se a resposta for ‘não’ – não, a religião não tem acompanhado a evolução da sociedade... Se a resposta *mediaticamente* correcta fosse ‘sim’ – *sim, a religião tem acompanhado a evolução da sociedade* – pura e simplesmente não haveria programa porque a questão, conforme à lógica televisiva, não se colocaria...

Mas mais fundo, a mensagem mais pesada deste tipo de confrontos, arbitrado por SMS e em percentagens, não é sequer a do conflito, mas a da desvalorização dos temas, dos argumentos, da história e do futuro, porque no fundo valem as duas respostas – tanto faz o sim ou o não, o peso dos argumentos é zero, cada argumento é uma opinião, uma chamada de SMS, um ponto no cômputo dos resultados; e quanto mais cerrados estiverem os números melhor. Depois... depois vem o telejornal, o tempo que vai fazer amanhã, um filme com bolinha vermelha e dali a dias nova pergunta; ‘sim’ ou ‘não’, e a vida continua...

Contextualizado por um monumental enquadramento do que existe, como Heidegger aponta a essência da moderna tecnologia, no âmbito de um sistema não apenas de informação mas genuinamente de comunicação, de ajuste e de acoplamento estrutural e essencial entre o dentro e o fora, entre todas as diferenças que nos rodeiam e afectam, o que existe e que conta, o ser em si mesmo, é-nos revelado nos écrans. O ser, o real, a existência surge como algo claro, construtivo, e por isso, como escreveu Heidegger, não requer justificações adicionais. Esta é também, se é que não é sobretudo, a mais central mensagem das mensagens que se formam sob a forma, os tempos, os contornos, as cores e sugestões da televisão.

E então? *So what?*

A resposta a esta questão é a história da oposição entre o positivismo e o interpretivismo, entre a ciência que gerou o seu método e este mesmo método que veio a tomar conta da própria ciência, como sublinhou Nietzsche em inícios do século XX. Entender mais, compreender melhor, estar mais à vontade face ao fenómeno, intuir, corporizar, significa

contar com a coisa, com os seus contornos, tentáculos e capacidades, e, assim, de alguma forma, entre as muitas voltas e surpresas que a vida sempre nos reserva, como homens, seres que já somos, abertos ao mistério e inclinados sobre o futuro, poder não apenas responder ao que nos vão perguntando e propondo, mas como sugeriu Heidegger, genuinamente corresponder aos tempos que percorrem esta Terra.

E que resposta, como correspondência, podemos hoje nós pensar face ao quadro que traçámos?

### **A Retribalização Contemporânea**

Enquanto Don DeLillo sugere o nome de era do terror para a nova desordem mundial pós 11 de Setembro, nas sociedades como a nossa, não inteiramente industrializadas nem alfabetizadas, no espectáculo desta espécie de caos civilizado, o conflito cultural corre nos media pós-literários, nas dezenas de canais de televisão, desde as notícias em contínuo aos contínuos do desporto, do cinema, da pornografia e da grande festa generalista da tomada dos canais de televisão pelas gentes comuns, hipnotizadas pela fama instantânea e pela vida transformada em vivência digital. Este choque moral, esta crise de valores, entre “últimos samurais”, sombras deles mesmos, e legiões de camponeses forçados a viver nas cidades selvagens modernas é ainda mal compreendido, senão simplesmente esquecido, naquilo que de uma forma mais vital, grandiosa ou trágica, está a delinear o terror da era: os media.

Num tipo de vida cercado pelos media, ou seja e em termos amplos, por uma tecnologia que prolonga os sentidos e as capacidades humanas, o ponto vital para se entender, por isso, para se poder tirar partido desse ambiente, mundo, contexto, envolvimento, modo de vida, obviamente é o estudo desses media enquanto aquilo que eles mesmos são como são no mundo em que nos relacionamos com eles, sendo nós próprios aquilo que já somos, e não apenas a reflexão e a observação do conteúdo desses mesmos media. O estudo da televisão não é o estudo dos conteúdos da televisão, tal como o estudo dos telemóveis não é o conteúdo das milhões de conversas diárias que passam pelas células digitais. Evidentemente o conteúdo pesa, mas pesa mais a estrutura, as possibilidades e as impossibilidades de cada media – da televisão, da Internet, dos telemóveis, etc.

Numa sociedade como a contemporânea, assente no poder da electricidade, por isso, da velocidade e da homogeneização do dia e da noite, num *happening* planetário sem fim, numa vida imersa em tecnologia simbólica, a estrutura do presente, de um modo decisivo e fundamental, é para todos os efeitos invisível. As coisas que já não são deste tempo, a distância entre os países, os telefonemas intercontinentais, as viagens de barco, a televisão a preto e branco, e, em geral, o resto do mundo, que desapareceu no imediatismo dos próprios media, na intensidade dos pormenores, na emoção que tolda as razões de todos os lados de todos os combates, ora são simplesmente esquecidas, ora são agora visíveis face a um novo ambiente moldado sobre os contornos e as possibilidades de uma nova tecnologia pós-literária, que fez da escrita, dos livros, das histórias, e da própria lógica o seu objecto de exibição, de variação, de manipulação, isto é, de um novo mundo neste mesmo mundo, vivido, percebido e sentido no âmbito de uma nova estrutura sensorial humana.

Qualquer cultura humana sobrevive se for capaz de manter, de desenvolver e de expandir um determinado número de comportamentos e de tabus sobre os quais assentam as suas possibilidades enquanto comunidade. Quando essa comunidade é global, porque comunica e por isso age globalmente, essa cultura também ela global deve igualmente assentar em tabus e comportamentos globais. Na tragédia de Beslan, a cidade russa alvo de um ataque terrorista, como em muitos outros locais, tanto hoje como ontem, é gritante o desafio fundo que somos, não apenas político, económico e social, mas sobretudo cultural, civilizacional, humano numa

palavra. O projecto humano que somos faz-se todos os dias no trabalho, na fé, no amor e na certeza de que a dignidade dos homens, de todos os seres que vivem com o seu próprio destino nas mãos, se encontra no perdão, do diálogo e na promessa.

Durante milénios e milénios os homens foram abandonando aquilo que lhes era mais essencial e os unia aos outros seres vivos: o estar vivo para estar vivo, a sobrevivência simples. O salto ontológico do homem – e se somos descendentes do macaco ou não, é aqui irrelevante – dá-se quando o tipo de ser que tinha a possibilidade de ser humano, repara no mundo, repara que reparou e reparando cuida, protege, ajuda, guarda, ensina, educa. Ao erguer-se física e espiritualmente, deixando a selvajaria para um outro mundo, o dos animais, marcado pelo agora, pela força, pelo instinto e pela ausência de auto-observação – pelo menos, tendemos a acreditar nisso... –, o homem abriu para si o mistério da vida, do ser e o futuro como o tempo primordial. Esta dádiva de dignidade e de amor, o ser humano como ser modelado por Deus, chamou directa e pessoalmente todos os homens quando esta Terra recebeu Jesus.

O primeiro livro a ser impresso na *era da imprensa*, iniciada com Gutenberg conforme à classificação da história da humanidade proposta por McLuhan, a Bíblia é hoje o livro mais lido em todo o mundo. Em boa parte e em rigor, o que fez do homem o homem contemporâneo, o ser que repara que reparou, que pensa usando a razão, cuja história e textura são descritas na Bíblia, foi a própria escrita, as cartas, as missivas, os livros. Foi sobretudo a alfabetização do mundo: saber ler e saber escrever é saber pensar de uma certa forma. Quando essa forma tem a primazia numa dada civilização, a nossa, o pensamento sequencial, analítico e lógico tende a predominar e a estabelecer os códigos através e no âmbito dos quais surge a realidade. O cruzamento da matemática com a revolução industrial é a origem da moderna ciência exacta e por isso do mundo tecnológico contemporâneo. É precisamente o mundo tecnológico, esta era electrónica assente na instantaneidade, na abundância e na imaginação, que desde a invenção do telégrafo, em 1850, tem estado a minar a cultura da escrita e dos livros, com particular intensidade nesta nossa era da Internet, naquilo que conforme a McLuhan, poderia já ser a era digital.

Na televisão, ou seja, por todas as televisões do mundo, e na Internet, isto é, em qualquer secretária ou telemóvel ligado à rede das redes, vimos e sentimos a tragédia de Beslan a acontecer. E que vimos entre tanto de impensável? Vimos o horror, mas vimo-lo na televisão. Em imagens captadas nos confins da Rússia, difundidas em tempo real para todo o mundo pelas redes globais de comunicação, experimentamos a barbárie enquanto ela acontecia, longe fisicamente mas emocionalmente muito mais perto do que nos tempos em que só dali a dias ou meses líamos as notícias de outros tantos e incontáveis crimes, terrores e guerras.

A tecnologia electrónica, a televisão e a Internet, envolvendo-nos intensamente, porque sensorial e estruturalmente ela é um apelo à nossa participação, protagonizou numa história de horror, e de destruição de valores assentes numa civilização de escrita, de imprensa e de livros. No directo electrónico a distância é esmagada pelo instante, o contexto desaparece perante o inimaginável, a lógica e a ponderação cedem à velocidade e ao acaso, a sequência capitula perante o caos, a racionalidade é vencida pela emoção, e a escrita e a fala caem perante o silêncio e os gritos. Numa escola, onde se aprende a ler e a escrever e assim, em boa medida, se aprende a ser humano no mundo dos seres humanos, a besta mostrara-se de novo, na televisão. Um dos terroristas pisava um livro, entretanto armadilhado. Mas na civilização humana há algo de errado no facto de um homem pisar um livro. Na nossa cultura um homem não pisa livros, nem de resto um animal o faz. Um cão em cima de um livro não o está a pisar porque para ele um livro não é um livro, um receptor da civilização humana, mas antes é um simples objecto. Um animal só pisaria um livro se este estivesse em baixo da pata e esta

deliberada, intencional e conscientemente em cima do livro, pisando. Em 1996 na guerra da Jugoslávia um chefe de uma das milícias do terror daquelas terras comentou orgulhoso a um repórter estrangeiro: “nunca li um livro!”

No frenesim constante do movimento nos ecrãs, das televisões, dos computadores, dos telemóveis, nas muitas faces e interfaces dos dias, na conversa sem fim da Internet, a propósito dos escândalos novos e velhos e das suas muitas variações e surpresas, que vêm essencialmente no próprio ambiente mediático, parece ouvir-se um constante rufar de tambores. E qual é a guerra? Qual é ou quais são as causas que fazem a guerra que corre? Ou parafraseando Nietzsche, que causas podem ser feitas desta guerra?

Na era do terror, o passado desaparece na ansiedade constante do presente e o futuro é transformado num eterno suspense, numa espera, numa esperança de sentido, de final e de clarificação. Mas esta espera pode não ter solução. As novas tecnologias, estendendo o alcance, o detalhe e a imediatividade dos sentidos e das capacidades humanas, já nos colocaram a viver num mundo de movimento, de velocidade, de invenção e de inovação constantes. O texto é o hiper-texto e o contexto é a tecnologia. No quarto, no escritório, com o “remote control” na mão, vendo os emails a chegar ao computador, falando ao telemóvel, com os aviões a explodir nas torres de Manhattan, a estátua de Saddam a esmagar-se no alcatrão de Bagdade, as filas de doze quilómetros no coração de Roma, nós e o resto do mundo, somos simultaneamente tudo. O distanciamento e a reflexão, a racionalidade e a análise, estruturais a uma civilização assente na literatura e na matemática, foram-se como se foi a televisão a preto e branco e o Ford T de cor preta. Num mundo em que os media electrónicos fizeram da natureza o seu próprio conteúdo, em que o ambiente da totalidade do que existe é acedido instantaneamente nesses media, a primazia e a linearidade da visão desaparecem dando lugar a um novo equilíbrio sensorial entre a audição, a visão e o tacto. Como escreveu McLuhan, a era electrónica retribaliza o mundo. Nessa mudança, mais “de” mundo do que “no” mundo, anunciada no contínuo rufar dos tambores, nos noticiários da televisão, nas primeiras páginas dos jornais e nos flashes das rádios, na multisensorialidade envolvente dos novos media, as crises de identidade, seja a individual, a familiar, a organizacional ou a nacional, ganham terreno, provocando mal-estar e gerando violência. Numa aldeia, por isso, todos ao mesmo tempo, simultaneamente com a relevância por imagens, sons, pelo cheiro e pelo tacto a vir de todo o lado, 360 graus à nossa volta, numa aldeia, numa aldeia global. McLuhan referiu, nos anos 60, a aldeia é aldeia e é global. Mas em que é que as cidades cosmopolitas de hoje se assemelham a uma aldeia, a uma aldeia global? Em que é que o planeta todo – porque era esse o significado – se assemelha hoje a uma aldeia? Como pode uma aldeia ser global? O que faz do mundo global uma aldeia é o acesso à informação: instantaneamente, emocionalmente, todos, ao mesmo tempo.

Quando se ouve e se vê, acompanhado por dois ou três milhões de portugueses, a telenovela, dos escândalos, espantamo-nos e o chão debaixo dos pés parece deslizar. E no fundo, o caos no Iraque, os bombistas suicidas e os mísseis dos helicópteros no Médio Oriente, os milhões de Beckman, de Figo, Ronaldo e companhia, os progressos da biotecnologia, as aventuras e desventuras da clonagem e muito, muito mais, tudo faz parte da mesma história. E isto tudo ao mesmo tempo, com o resto do mundo. As emoções, o choque, as reviravoltas, as posições e contraposições, os *sound bytes*, os rumores, o *zapping*, o telemóvel na mão, o alerta sensorial constante, e, e sobretudo, tudo instantaneamente e simultaneamente com os outros, levam-nos de volta não ao futuro mas ao passado, a um passado onde os homens viviam intensamente a emoção, o envolvimento, a instantaneidade, isto é, de volta à tribo.

Que tipo de distanciamento, de lógica, de linearidade e de análise é possível no âmbito do envolvimento, dos apelos sem fim e dos desafios sem resposta? A resposta, ou antes, uma das

respostas possíveis a este estado de coisas foi dada vai para quarenta anos por McLuhan: vivemos na era electrónica, numa aldeia global, onde a lógica e a linearidade da escrita se está a evaporar, atirando-nos para um mundo marcado pelo som, pelo toque, pela emoção e pelo envolvimento. Mais do que constataros ou informarmo-nos, do que analisarmos ou reflectirmos, hoje, na era dos media, envolvemo-nos, sentimos, emocionamo-nos, especulamos e imaginamos. E o que é feito da ponderação, da lógica e da análise informada e racional? Poder-se-á dizer isto e mais aquilo mas o que de mais óbvio e de mais esquecido existe é a modelação permanente que os media fazem da realidade. Essa modelação surge primeiro não no conteúdo das mensagens propriamente ditas, mas no tipo de equilíbrio sensorial típico de cada media.

Com a invenção do telégrafo, dos computadores e da Internet, colocando-nos bem dentro da nova era electrónica, ainda conforme a McLuhan, somos atirados de novo para o domínio do envolvimento, da emoção, do tudo ao mesmo tempo com todos simultaneamente. McLuhan antecipou que tanto quanto mais as extensões electrónicas penetrem as actividades humanas, quanto mais os novos media – que são hoje as dezenas de canais de televisão 24 horas por dia na casa de cada um, a Internet e os telefones móveis – se desenvolvam, mais nós nos afastaremos da linearidade e da lógica sequencial do texto escrito e mais nos aproximaremos, ou antes, regressaremos a uma era instantânea, emocional e tribal de envolvimento total. Por isso a aldeia global, noção introduzida ao grande público nos anos 60 na obra *A Galáxia de Gutenberg*, era e é uma aldeia e não uma cidade. A metáfora fala-nos, indica-nos, sugere-nos a aldeia global, não a cidade global. E de alguma forma, intuitivamente, a expressão aldeia global é de facto sentida por nós como mais apropriada para caracterizar os tempos que correm do que a de cidade global.

E em que é que a diferença entre uma aldeia e uma cidade é aqui relevante? Ou antes, colocando as coisas no modo e no tempo contemporâneo, em que é que as cidades cosmopolitas de hoje, a rede global das cidades, se assemelha a uma aldeia? Por estranho que pareça, o que assemelha o mundo global de hoje a uma aldeia é o acesso à informação – à mesma informação: hoje as televisões generalistas e as redes globais audiovisuais das histórias de choque instantâneas e simultâneas; ontem, o pregoeiro público, o homem que percorria a aldeia ou que subia à sua torre mais alta, gritando e apregoando as histórias, os factos e os eventos que os seus habitantes deveriam saber.

Na aldeia todos tinham acesso à mesma informação, a uma informação que a todos chegava, e à qual ninguém podia verdadeiramente reagir – o pregoeiro fixava a agenda. Hoje, o pregoeiro público é a televisão, as televisões generalistas, cuja força assenta precisamente não na informação que transmitem mas no facto daquilo que apregoam ser o que todos vêem, ouvem e sentem. É esta a aldeia global. Um local emocional, acústico, simultâneo, de participação e envolvimento constante.

Para McLuhan, cuja teorização – ou *exploração* como ele próprio gostava de chamar aos seus trabalhos – da aldeia global utilizámos brevemente neste texto, o tipo de equilíbrio sensorial que cada nova tecnologia estabelece determina em grande medida os modos como reagimos ao que nos rodeia e, assim, influencia em profundidade toda a sociedade. Este tipo de equilíbrio que na era electrónica é o envolvimento sensorial constante provocado pelas ininterruptas variações do som, do tacto e das imagem, não depende da opinião de ninguém, nem de medidas legislativas, nem de incentivos ou de proibições. Tentar limitar a superficialidade, a variação, a surpresa, a emoção, e o constante rufar de tambores nos media da tribo global, seria para McLuhan o mesmo que na era industrial, assente na mecânica, ter tentado suprimir os relógios.

Então, questionar-se-á, que nos resta? Restar-nos-á, ainda conforme a McLuhan e a Heidegger, pressionar o entendimento fundo e genuíno dos media, dos media em que vivemos, para – parafraseando McLuhan – tal como o som que se torna visível nas asas do avião que rompe a barreira sonora, também nós, homens possamos enfrentar e beneficiar das extensões tecnológicas de nós mesmos, que nós próprios inventámos num mundo que aí está, que sempre aí esteve, que é o que é mais evidente, mais óbvio e fundador na história do pensamento humano.

© 2005 Fernando Ilharco | [www.ilharco.com](http://www.ilharco.com) | 5 de Julho de 2005